



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM ANTROPOLOGIA

**Programas de combate a pobreza: uma análise a partir de um grupo de mulheres
beneficiárias do Programa da Acção Social Produtiva (PASP) no Posto Administrativo
Número 1, cidade de Quelimane, Província da Zambézia**

Candidata: Vânia Jorge Maciel Raivoso

Supervisor: Doutora Margarida Paulo

Maputo, Novembro de 2022

Programas de combate a pobreza: uma análise a partir de um grupo de mulheres beneficiárias do Programa da Acção Social Produtiva (PASP) no Posto Administrativo Número 1, cidade de Quelimane, Província da Zambézia

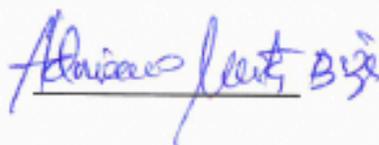
Trabalho de Culminação de Estudo na modalidade de projecto de pesquisa apresentado em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Candidata

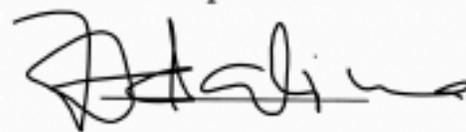
Vânia Jorge Maciel Raivoso

Supervisora

Presidente



Oponente



Maputo, Novembro de 2022

Declaração de honra

Declaro por minha honra que o trabalho de licenciatura aqui apresentado é da minha autoria, e é fruto da minha dedicação e empenho individual, e os resultados obtidos constituem uma realidade.

Vânia Jorge Maciel Raivoso

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha mãe
Maria Alfredo Magrande.

Agradecimentos

Antes agradecer a ALLAH, que me abençoou e iluminou durante este curso, seu fôlego de vida em mim foi crucial e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

A minha supervisora Dra. Margarida Paulo, com quem partilhei o que era o broto daquilo que veio a ser esse trabalho, obrigada pelos ensinamentos, paciência e confiança ao longo das supervisões das minhas actividades, foi um prazer tê-la como supervisora. Muito obrigada.

Agradeço também aos Docentes do Departamento de Arqueologia e Antropologia, que durante muito tempo me ensinaram e que mostraram o quanto é bom estudar.

Agradeço igualmente a todas as pessoas entrevistadas que contribuíram para o sucesso deste trabalho e sem eles seria impossível a efectivação das entrevistas.

A turma de Antropologia 2018, foi aqui onde aprendi a reflectir e duvidar e nunca encarar a realidade como pronta. Aqui aprendi a ver a vida de um jeito diferente. A residência universitária da UEM número 7, e as pessoas com quem convivi nesses espaços ao longo desses anos. As experiências de refeições compartilhadas com amigos nesses espaços foram a melhor experiência da minha formação académica.

Aos meus irmãos Pércio, Rosalina, Natércia e Flávia que incansavelmente estiveram do meu lado dando-me assim esperanças para seguir, o vosso carinho significou segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada.

Agradeço ao meu esposo Chaibo José Armando, que de forma especial e carinhosa me deu forças e coragem, por sua capacidade de acreditar em mim mesmo quando eu duvidei do meu potencial e, por não medir esforços para que eu chegasse nesta etapa da minha vida.

A minha cunhada Celsa Venâncio Nhamossa pelo apoio incondicional durante estes anos do meu percurso académico.

A minha amiga Célia Zacarias Simango, por compartilhar momentos maus e bons, das incertezas e estresses diários da faculdade durante todos estes anos.

A todos que directa ou indirectamente contribuíram para o sucesso da minha formação.

Lista de abreviaturas

CMCQ	Conselho Municipal da Cidade de Quelimane
DAA	Departamento de Arqueologia e Antropologia
FLCS	Faculdade de Letras e Ciências Sociais
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
INAS	Instituto Nacional da Acção Social
ONGs	Organizações não-governamentais
PASP	Programa da Acção Social Produtiva
RA	Registo Académico
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
UEM	Universidade Eduardo Mondlane

Resumo

O estudo teve como objectivo analisar o impacto do Programa da Acção Social Produtiva (PASP) na vida das pessoas beneficiadas, focalizando nas percepções destas pessoas sobre a eficácia das actividades implementadas no programa. A pesquisa de campo foi realizada no Posto Administrativo Urbano 1, cidade de Quelimane, Província da Zambézia. O estudo mostra

Os resultados da pesquisa indicam que as pessoas que participam do PASP são mulheres que vivem na base de agricultura e pequenos negócios, e foi possível encontrar entre elas mulheres viúvas, mulheres abandonadas e outras que vivem com seus parceiros. Estas mulheres possuem varias experiencias no seu dia-a-dia, o que permite a sua reprodução social,

Os resultados da pesquisa mostram também que as mulheres beneficiadas do PASP estão cientes do mesmo e consideram como um instrumento que contribui para a melhoria das condições de vida. Adicionalmente, elas mostraram-se insatisfeitas com as actividades realizadas dentro do programa, e afirmaram não ser o que gostariam de receber como parte das actividades realizadas, elas explicam ter experiências na prática da agricultura e comércio e falam da necessidade de um apoio nessas actividades, que consiste na disponibilização de recursos de natureza agrícola como insumos agrícolas, enxadas, botas carinhas, e de um capital inicial para desenvolverem os seus negócios.

O estudo conclui que a questão do apoio a pessoas vulneráveis é complexo, este requer cuidado na forma como abordá-lo, tanto em termos teóricos quanto práticos, e que o apoio que as pessoas recebem não deve ser tratado de forma universal, pois as pessoas apresentam necessidades de vida específicas que diferem de grupo alvo para o outro, e que também variam conforme for tendo algum acontecimento nas suas vidas que muda o seu curso.

Palavras-chave: Programas sociais, experiências das mulheres e pobreza urbana.

Índice

Declaração de honra.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Lista de abreviaturas	iv
Resumo	v
1. Introdução	1
1.1. Estrutura do trabalho.....	2
2. Revisão de literatura	4
2.1. Problemática	8
2.2. Objectivos do trabalho	9
Geral:.....	9
Específicos:.....	9
3. Metodologia	9
3.1. Acesso às pessoas entrevistadas.....	10
3.2. Registo dos dados	12
3.3. Retirada do trabalho de campo	12
3.4. Considerações éticas	12
3.4. Constrangimentos do trabalho de campo e superação	13
3.5. Descrição da área de estudo.....	13
4. Análise dos dados	15
4.1. Perfil das beneficiárias do PASP	15
4.2. Razões de terem-se tornado beneficiárias do programa	15
4.3. Experiências das mulheres beneficiárias do programa	16
4.4. Percepções das beneficiárias sobre do impacto do PASP.....	18
5. Considerações finais	25
Referências Bibliográficas	26
Apêndice	30

1. Introdução

A implementação dos programas/projectos sociais é considerada como eficaz para a vida das pessoas e no desenvolvimento das comunidades no geral. Eles são vistos como instrumentos para o combate a pobreza e melhorar a qualidade de vida das comunidades rurais e promover o desenvolvimento económico e social (Pereira, 2005).

O governo tem reforçado o investimento no processo de identificação e registo dos indivíduos e agregados familiares elegíveis para os diversos programas de segurança social básica implementados pelo Instituto de Acção Social (INAS, 2019).

Para além das acções do Governo têm surgido também o sector privado, organizações não-governamentais (ONG) e Sociedade Civil que se dedicam a apoiar a implementação dos programas sociais e desenvolvimento das comunidades.

Tomando em consideração as ideias acima como ponto de partida para a pesquisa, o presente trabalho tem como objectivo analisar as experiências das pessoas que aderiram ao Programa da Acção Social Produtiva (PASP) e a forma como dialogaram com as várias condições e situações introduzidas nas suas vidas ao participarem do mesmo. Uma das questões gerais que inspiraram a realização da pesquisa foi de procurar compreender o que significou para a vida das pessoas envolvidas e que passaram a participar das actividades implementadas no programa.

Especificamente, o trabalho procura descrever o perfil das mulheres beneficiárias; descrever as razões de terem-se tornado beneficiárias do projecto; compreender as experiências das mulheres beneficiárias do programa; analisar as percepções das pessoas sobre o impacto do programa nas suas vidas.

Programa da Acção Social Produtiva (PASP) é um programa desenvolvido pelo Instituto Nacional da Acção Social (INAS) e é um exemplo de política pública desenhada para o combate a pobreza. O programa foi criado com o propósito de erradicar a pobreza entre as mulheres de vários bairros da cidade Quelimane que se encontra em estado de vulnerabilidade.

O INAS tem como missão implementar e promover programas de assistência social directa a indivíduos impedidos de satisfazer por meios próprios as suas necessidades básicas bem como contribuir para o aumento da cobertura de protecção social (INAS, 2019).

Os projectos implementados pelo governo, através do INAS, são financiados por instituições como FMI e Banco Mundial. Neste caso, estes programas são baseados nos modelos desenvolvimento a partir de uma perspectiva universalista. Estas instituições ditam como o desenvolvimento deve ser implementado e desvaloriza-se experiências e expectativas das pessoas beneficiárias destes programas. Estas políticas estão alinhadas a uma visão sobre o desenvolvimento. Elas pretendem, com o discurso do combate à fome e contra a insegurança alimentar, mobilizar os governos africanos para a adopção de políticas públicas com vista ao desenvolvimento económico (Carneiro, 2012; Olivier de Sardan, 2014).

A partir de uma abordagem da Antropologia do Desenvolvimento e das políticas públicas, considero as intervenções introduzidas no âmbito do PASP como ligadas ao modelo desenvolvimentista que procura, através de discurso de combate a pobreza introduzir normas e valores na vida das pessoas.

A crítica antropológica sobre o campo do Desenvolvimento e das políticas públicas é no discurso segundo o qual o desenvolvimento funciona como representações de cosmovisões hegemónicas que bloqueiam, para as pessoas vítimas de tais políticas, os caminhos para pensar em alternativas para alcançar o bem-estar (Escobar, 1995; Ferguson, 1994).

A Antropologia mostra que as políticas públicas são tecnologias de governação adoptado pelo governo, elas actuam sobre as pessoas de forma inconsciente, e utilizam uma linguagem aparentemente neutra, mas na prática elas visam impor um determinado tipo de comportamento.

Nesta pesquisa adoptei a abordagem da socioantropologia do desenvolvimento, sugerida por Olivier de Sardan (1999) e seus colegas da Associação Euro-Africana para a Antropologia da Mudança Social e o Desenvolvimento (APAD), que propõe uma ferramenta de investigação não-normativa sobre os processos de desenvolvimento. Esta abordagem dá atenção à dinâmica das lógicas sociais presentes nas situações de interacção em que se desenrolam as acções de desenvolvimento.

1.1. Estrutura do trabalho

Este trabalho está organizado em cinco capítulos. Depois da introdução, o segundo capítulo faz a revisão de literatura em três níveis, a saber, mundo, África Austral e Moçambique. O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos que permitiram a realização deste trabalho, e

as considerações éticas. O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa em oito subcapítulos, nomeadamente, i) O perfil das beneficiárias dos projectos sociais; ii) As razões de terem-se tornado beneficiárias do programa; iii) As experiências das mulheres participantes do programa. Percepções das beneficiárias sobre o impacto do programa. E, finalmente o quinto e último capítulo que apresenta viii) as considerações finais do trabalho. Iremos prosseguir com a escrita apresentando o debate que existe sobre o tema na revisão de literatura.

2. Revisão de literatura

Este capítulo apresenta a revisão de literatura sobre os programas sociais de combate a pobreza e mostrou existir duas abordagens, a primeira apresenta uma análise normativa do desenvolvimento, ao avaliar os programas sociais como instrumentos importantes na vida das pessoas, procurando compreender a eficácia dos projectos sociais na vida das pessoas beneficiadas (Anese et al. 2018; 2015; Moura 2003; Sousa 2016; Chivanga 2015; Nyasulu 2016). E uma segunda abordagem que defende uma análise não-normativa dos programas sociais, e defende uma abordagem focada na análise das situações sem avaliar a eficácia dos programas e sem intervenção. Esta segunda abordagem é antropológica e este estudo procura analisar dentro da mesma.

Na primeira abordagem encontramos Anese et al. (2018), que examinam o impacto social das acções promovidas por uma organização nas comunidades beneficiárias, em três estados brasileiros a saber, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Rondonia. Os resultados do estudo mostraram que nos três estados, as acções de promoção de projecto sociais são relevantes, pois estavam de acordo com as necessidades locais. Essas acções eram permanentes, planeadas e continuadas; favoreciam o desenvolvimento integral das pessoas em todas as suas dimensões; contribuíam para a garantia e defesa dos direitos individuais e colectivos. Assim, as acções das ONGs geraram impacto positivo nos três estados contribuindo para o desenvolvimento social e garantia de direitos.

Um estudo realizado por Mariano (2015) avaliou a actuação e o impacto dos programas sociais na educação dos jovens nas escolas públicas de Juiz de Fora no Brasil. Os resultados do estudo que os projectos sociais realizados em parceria as ONGs tiveram impacto positivo. O estudo refere que os jovens aprenderam a dar importância aos métodos contraceptivos, começaram a ter uma maior preocupação consigo e com os parceiros, aprenderam a respeitar as diferenças, estavam mais abertos as orientações, comprovou-se um número menor de adolescentes grávidas. Deste modo, os programas promovidos pelo poder privado, representados pelas ONGs mostraram-se com qualidade, actuando por um tempo determinado ou dando continuidade.

O impacto dos projectos sociais na vida dos adolescentes num projecto de desenvolvimento sustentável do Nordeste, na microrregião da Bacia do Goiatá, em Brasil realizado por Moura (2003), revelou que o impacto do projecto pode ser mensurado pelo grau de bem-estar económico, social e político do público-alvo. Este também pode ser mensurado pela comunidade; com base

nos relacionamentos restaurados e igualitários dos seus membros. Assim, os projectos sociais podem ser avaliados à luz dos interesses, sentimentos e necessidades dos personagens beneficiados, pois o seu julgamento e opinião representam elementos críticos para quaisquer que sejam as formas de avaliação de impacto.

Ademais, Sousa (2016) analisou o impacto do projecto de arte e costura numa comunidade de Brasil, tendo em vista o modelo de gestão e as características do relacionamento entre a empresa e a sociedade. O autor indica que os beneficiários dos projectos sociais tinham vontade de movimentar as mulheres da comunidade para adquirir experiência profissional com o apoio financeiro da empresa. Contudo, o modelo de gestão pode melhorar se houver o intermédio de uma ONG que tenha rigor na avaliação. Deste modo, a diminuição na quantidade de beneficiários nos projectos surtiu impacto positivo no âmbito profissional de seus integrantes, e estavam indirectamente ligadas a comunidade, principalmente no que diz respeito na inserção dessas pessoas no mercado de trabalho e geração de renda.

Ainda na primeira abordagem, Chivanga (2015) compreendia sustentabilidade dos projectos de desenvolvimento por ONGs na redução da pobreza em alguns distritos da África do Sul. Os resultados do estudo mostraram que os benefícios associados as ONGs colaboram com o governo na efectivação de questões de desenvolvimento nacional, catalisam o desenvolvimento e formam parcerias com os governos. O estudo indica lacunas na implementação de projecto por causa do desvio de recursos para popularizar personalidades políticas. Deste modo, a colaboração conjunta entre as ONGs e o governo pode contribuir no desenvolvimento de actividades para o combate a fome de comunidades de África, mas não ocorre de forma a captar as necessidades das comunidades.

No que concerne aos meios de vida rural e o papel dos projectos sociais nos distritos de Dedza e Zomba em Malawi, revela que os distritos pesquisados enfrentam restrições severas, com apenas opções não agrícolas para encontrar caminhos para sair da pobreza. Deste modo, os projectos de ajuda a populações desfavorecidas nestes locais não conseguem suprir as necessidades básicas das pessoas e são poucas as intervenções do governo (Nyasulu 2016).

A partir de um projecto de desenvolvimento implementado no Zimbabwe, Moore (1998) referiu que as relações que se desenvolvem na actualidade derivam das relações coloniais desenvolvidas

nos anos 60. Assim, as políticas coloniais moldam profundamente aquilo que é a intervenção de desenvolvimento actual, onde os mais fortes e avançados continuam a exercer poder e a impor modelos, que se assemelham às políticas implementadas pelos colonialistas da década de 60.

Abdulhé (2011) examina o impacto da prática da responsabilidade social pela Sasol nas comunidades em Moçambique entre 2004-2009. Os resultados do estudo revelaram que a prática da responsabilidade social, pela empresa pode ser relevante no mercado de trabalho, e que ocorre quando a empresa melhora a sua imagem, aumenta a produtividade, agrega valor aos seus produtos e marcas. Deste modo, a responsabilidade social tem um impacto positivo para ambas as partes, empresa e comunidade, principalmente quando são minimizadas as suas carências em termos de unidades sanitárias, acesso a água potável, escolas e outras infra-estruturas básicas.

Esta literatura permite compreender uma análise normativa dos programas sociais, ao focalizar na análise da eficácia desses projectos na vida das pessoas beneficiadas. Esta refere que as acções desencadeadas pelas ONGs em parceria com os governos geram impacto positivo. Esta literatura limita-se por não mostrar com detalhes as dinâmicas sociais existentes na vida dos beneficiários e das maiores preocupações enfrentadas por essas pessoas.

A segunda abordagem defende uma análise não-normativa do desenvolvimento e dá atenção à dinâmica das lógicas sociais presentes nas situações de interacção em que se desenrolam as acções de desenvolvimento ou de implementação de programas sociais (Sardan, 1999; Carneiro, 2012, Escobar, 1995; Ferguson, 1994; Truzão, 2013; Machaieie, 2012).

Ferguson (1990) subscreve na segunda abordagem. Em um estudo sobre “A máquina Anti-Política: Desenvolvimento e poder burocrático no Lesoto”, Ferguson (1990) constrói um panorama crítico acerca das políticas de promoção do desenvolvimento, em especial aquelas financiadas e estruturadas por organismos multilaterais, como, por exemplo, o Banco Mundial. Para Ferguson (1990) essas políticas “falharam” mas que produziram “efeitos colaterais” ou “efeitos-instrumento” que tornam possível o exercício do poder. Então, segundo autor, o aparato do desenvolvimento não foi uma máquina para eliminar a pobreza, mas sim uma máquina para reforçar e expandir o exercício do poder burocrático do Estado, que incidentalmente teve a “pobreza” como ponto de entrada.

Um estudo similar de Ferguson (1999) foi realizado por Carlos Ferreira Couto (2002) que analisa a sociedade rural de Santiago de Cabo Verde, procurando compreender de que modo se adapta e se transforma com o megaprocesso da globalização intermediado pelas estruturas “modernizantes” e assistencialistas da ajuda internacional e do Estado. Para o autor esses doadores ignoram as capacidades dessas comunidades assegurarem o seu processo de transformação. Ainda segundo o autor, a Antropologia do Desenvolvimento afasta-se dos paradigmas da modernização, tomando as comunidades camponesas como sistemas complexos que geram a sua própria transformação através de sucessivas adaptações criativas que caracterizam a sua dinâmica (Couto, 2002).

Como mostra Yanez-Casal (1992) a noção de desenvolvimento continua a estar impregnada de uma racionalidade de crescimento económico materializável a partir de um conjunto de meios tais como a inovação tecnológica e o investimento com vista a provocar processos de transformação e de ruptura no interior das sociedades subdesenvolvidas. Segundo autor o objectivo final é isolar e autonomizar o económico em relação à sociedade.

Truzão (2013) examinou a dinâmica da resposta moçambicana face a pobreza urbana centrando sua análise na dinâmica da implementação do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU, 2011-2014), nos bairros Centro Hípico e Nhamadjessa, no Posto Administrativo Número 1, cidade de Chimoio, na província de Manica. Os resultados do estudo mostraram que esta política pública é vista, como um instrumento que contribui para a melhoria das condições de vida dos beneficiários; como tendo objectivos minados por processos burocráticos; e como promotora de conflitos no seio das associações beneficiárias, culminando com a quebra de laços sociais com uma consequente fraca coesão social. Deste modo, o processo de implementação do PERPU privilegiou aspectos de ordem económica, sem se ter em conta a questão de interacção social que resultará, daí estar a promover conflitos no seio das associações beneficiárias.

Por sua vez, Machaieie (2012) avalia a implementação de intervenções de apoio ao combate à pobreza por ONGs, província de Manica, distrito de Machaze, Moçambique. Os resultados do estudo revelaram que embora haja um esforço de instituições do Estado e ONGs, para contribuir na erradicação da pobreza e melhoria das condições de vida das populações desfavorecidas, existem factores e dinâmicas internas que tem a ver com a participação das comunidades condicionam este processo. Assim, as comunidades que se pretende apoiar não são estáticas, e

possuem dinâmicas económicas e sociais que constituem a base da sua existência, que dão forma aos tipos de relacionamentos que se constroem em face de acesso a qualquer tipo de benefício.

2.1. Problemática

A literatura revista no mundo, na África Austral e em Moçambique revelam que os projectos sociais implementados por ONGs, em parceria com o Estado. Esta literatura apresenta lacunas por apresentar uma análise normativa dos programas de desenvolvimento, e deixa de compreender as lógicas e dinâmicas existentes na vida das pessoas beneficiadas por esses programas.

A literatura antropológica dá relevância às dinâmicas existentes na vida dos beneficiários. Essa literatura sublinha que as comunidades não são estáticas, possuem dinâmicas económicas e sociais que constituem a base da sua existência, que dão forma aos tipos de relacionamentos que se constroem em face de acesso a qualquer tipo de benefício (Carneiro, 2012; Couto, 2002; Olivier de Sardan, 2014).

O estudo problematiza a questão de apoio a essas mulheres por parte do I. este apoio parte de uma abordagem universalista, que propõem um modelo único de desenvolvimento que não olha as práticas existentes no local. O trabalho mostra que a questão do apoio é complexo, e requer cuidado na forma como abordá-lo tanto em termos teóricos quanto práticos, e que o apoio que as pessoas recebem não deve ser tratado de forma universal, pois as pessoas apresentam necessidades de vida diferente, e que variam conforme for tendo algum acontecimento nas suas vidas que muda o seu curso.

Este trabalho procura questionar esta política implementada por Governo através do INAS. Shore e Wright (citados por Wedel 2005) sustentam que a Antropologia, constitui um campo de saber científico que se encontra bem posicionada para a compreensão das políticas públicas.

A política pública é na visão antropológica, algo não dogmático e que nasce de um contexto específico. Desta forma, é essencial questioná-la a partir do seu contexto de surgimento passando a fase da sua aplicabilidade e por fim questionar como ela é vivida a nível local ou pela população. Assim, Wedel (2005) afirma que neste exercício, pouco interessa para a Antropologia definição do que é política pública, preocupando-se mais em questionar ou compreender o que é que se faz ou o que é que as pessoas fazem em nome das políticas públicas.

2.2. Objectivos do trabalho

Geral:

- Analisar as experiências das pessoas que aderiram ao Programa da Acção Social Produtiva (PASP).

Específicos:

- Descrever o perfil das mulheres beneficiárias;
- Descrever as razões de terem-se tornado beneficiárias do projecto;
- Compreender as experiências das mulheres beneficiárias do programa;
- Analisar as percepções das pessoas sobre o impacto do programa nas suas vidas.

3. Metodologia

Este trabalho é de carácter qualitativo e foi realizado em três etapas, a saber, revisão bibliográfica sobre as políticas públicas de combate a pobreza: a literatura aborda também questões ligadas ao

desenvolvimento e ajuda internacional, isso porque muitos projectos sociais estão ligadas a ONGs e em parceria com o governo e a segunda fase foi o trabalho de campo.

Na etapa da revisão bibliográfica consultei livros, teses, artigos científicos existentes nas bibliotecas da cidade de Maputo, nomeadamente: Biblioteca Central Brazão Mazula da UEM, Centro de Estudos Africanos da UEM, Biblioteca Municipal de Maputo, Biblioteca do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), mas também artigos científicos publicados na Internet e documentos sobre organização administrativa da cidade de Quelimane.

O trabalho de campo constituiu a segunda etapa do trabalho, que consistiu na recolha de dados. Esta etapa caracterizou-se pelo pedido de credencial no Registo Académico (RA) da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), que levou cerca de uma semana para ser autorizada. Tendo sido autorizada para recolher os dados através de uma credencial, viajei para a cidade de Quelimane em Março de 2022.

O trabalho de campo decorreu entre Abril a Maio de 2022. No total foram entrevistadas 16 beneficiárias do programa e todas mulheres, 3 funcionários do programa. Iniciamos com a recolha de dados no Instituto Nacional da Acção Social (INAS), uma instituição responsável pela implementação dos Programas de Segurança Social Básica. O contacto com esta instituição permitiu compreender diferentes momentos de implementação de projectos, naquele contexto.

Com as orientações do INAS fui ao encontro de autoridades dos bairros onde iria trabalhar, a saber, Kansa e Mapiazua, que são órgãos responsáveis por orientar as pessoas que queiram exercer diversas actividades nos bairros. Na companhia destas autoridades, fui ao encontro do líder comunitário, onde me identifiquei e apresentei os objectivos do trabalho. Tendo recebido a autorização do líder, apresentaram-me a pessoa que me ajudaria a identificar a casa das beneficiárias do programa em estudo.

3.1. Acesso às pessoas entrevistadas

Para ter acesso as pessoas entrevistadas, tive de solicitar autorização da estrutura local, apresentando credencial fornecida pela UEM, que explica sobre os objectivos da pesquisa. Tive também acesso a algumas pessoas entrevistadas com a ajuda dos líderes dos bairros onde realizei

a pesquisa, e de alguns familiares que tem pessoas conhecidas naqueles bairros, e estes ajudaram-nos a construir relações e interações com os sujeitos da pesquisa.

A selecção das pessoas entrevistadas obedeceu a dois critérios, a saber, ser beneficiária do PASP e os anos de moradia no bairro. Neste caso, selecionei pessoas que já tinham mais de 10 anos vivendo nos respectivos bairros, o que permitiu ter um breve historial sobre a implementação de programas de desenvolvimento naqueles contextos.

A recolha de dados foi feita com recurso a discussões de grupos focais de mulheres participantes da pesquisa e beneficiárias do programa, entrevistas semi-estruturadas a mulheres beneficiárias deste programa e a alguns funcionários do INAS, a observação directa.

A técnica de grupos focais permitiu responder o objectivo específico, que aborda sobre as preocupações que os beneficiários de projectos sociais enfrentam. Esta técnica teve vantagens no campo de pesquisa, porque permitiu criarmos um diálogo participativo, a partir da percepção das beneficiárias sobre as preocupações que passam no seu dia-a-dia, e identificar os grandes desafios que as mulheres estão a atravessar. Esta técnica trouxe desvantagem, porque foi possível aprofundar os assuntos abordados, e outras pessoas não se sentiam à vontade em apresentar as suas ideias em grupo sobre os assuntos.

A técnica de entrevistas semi-estruturadas permitiu descrever as percepções das pessoas sobre a eficácia dos projectos implementados. As entrevistas foram negociadas junto com os participantes e aceitaram que fizéssemos entrevistas nas suas casas assim como estabelecer conversas informais durante as actividades diárias. As entrevistas permitiram captar com detalhes a vida das beneficiárias.

As entrevistas semi-estruturadas tiveram vantagem, porque as pessoas estiveram mais à vontade para expressarem os seus sentimentos sobre a vida dentro do programa e sobre a vida diária. As entrevistas tiveram desvantagem, porque nem sempre elas respondiam as questões colocadas, levando tempo a discutir assuntos que não fazem parte do nosso tema.

A observação permitiu ver os lugares onde são implementados os projectos; observamos as actividades de subsistência das pessoas abrangidas pelos projectos; observamos o quotidiano das pessoas beneficiadas pelos projectos.

3.2. Registo dos dados

Os dados recolhidos com base em entrevistas semi-estruturadas, grupos focais e observação directa foram registados num diário de campo, onde anotei as informações que as pessoas entrevistadas iam fornecendo. Cada entrevista durou uma hora de tempo. No final de cada dia de trabalho de campo eu digitava as notas no computador, e elaborava um relatório do dia, de modo que permitia verificar os dados que foram recolhidos e os que precisariam de ser recolhidos. A partir dos dados recolhidos realizamos relatório de pesquisa de campo que eram partilhados com a supervisora de 15 em 15 dias, com o intuito de obter feedback sobre como estava a decorrer o trabalho de campo, e incluir ou retirar tópicos que seriam ou não relevantes para o trabalho.

3.3. Retirada do trabalho de campo

Tendo finalizado com as observações nas casas dos beneficiários, tive que informar as autoridades do bairro sobre o fim do trabalho. Uma vez criado laços com estes durante o período do trabalho de campo, foi possível perceber deles que gostariam que ficássemos por mais tempo. Houve situações em que fomos convidados a passar refeições na casa de algumas beneficiárias. Outras beneficiárias ofereceram-nos alguns produtos alimentares em gesto de agradecimento, de minha presença no bairro, tais como, *matago* (um aperitivo feito a base de arroz).

Após despedirmo-nos das beneficiárias, nos dirigimos às estruturas do bairro para o proceder assim, visto que estes tiveram um papel importante para que a recolha dos dados fosse um sucesso. Finalmente despedi-me do INAS (Instituto Nacional de Acção Social), o órgão responsável pela projecção e implementação do projecto naquela parcela da cidade, onde deixamos os nossos agradecimentos, porque sem a autorização destes não seria possível a realização do trabalho de campo.

3.4. Considerações éticas

O estudo pautou pelo consento informado, anonimidade e confidencialidade. O consento informado ocorreu antes de iniciar com a recolha de dados onde consultamos as pessoas a serem entrevistadas sobre a sua vontade de participação na pesquisa de forma voluntária.

Todos os nomes das pessoas entrevistadas que constam neste trabalho são pseudónimos para preservá-las de interferências externas ao seu meio ambiente. No trabalho garantimos que as entrevistas não prejudique a segurança, dignidade e/ou privacidade das pessoas com quem trabalhamos (AAA, 1996).

Os dados recolhidos neste trabalho são confidenciais, devendo ser apenas usados para a elaboração de trabalho de culminação de estudos ao nível de licenciatura em Antropologia na UEM.

3.4. Constrangimentos do trabalho de campo e superação

No decorrer do trabalho passei por duas dificuldades. A primeira dificuldade ocorreu durante a apresentação de credenciais para as autoridades dos bairros. O secretário de um dos bairros queria que lhe pagasse um valor monetário para que a recolha de dados se efectivasse, para superar esta dificuldade expliquei-lhe dos objectivos do trabalho e a sua finalidade e assim foi possível realizar o trabalho de campo nesse bairro.

A segunda dificuldade foi convencer as participantes nos grupos focais a colaborar na facilitação das conversas que as posteriores ajudariam na elaboração do trabalho. Isso deveu-se pelo facto de ter sido a primeira vez que eu fazia trabalho de campo, e não tinha segurança para realizá-lo. Na primeira semana, as pessoas não aceitavam interagir e nos olhavam como estranhos. Houve uma fase que pensaram que seriam remuneradas no final da pesquisa, e nós explicamos desde o início os objectivos da nossa pesquisa. Conseguimos ultrapassar estes desafios com a ajuda do secretário do Bairro e também tivemos ajuda de alguns familiares que tem conhecidos naqueles bairros, e estes ajudaram-nos a construir relações e interacções com os nossos sujeitos da pesquisa. Depois dos contactos criados a partir dos familiares e da ajuda que tivemos da estrutura dos bairros, as pessoas estiveram mais à vontade para participarem nas entrevistas e aceitaram que passássemos a visitar as suas casas a fim de realizar as observações e conversas informais.

3.5. Descrição da área de estudo

A área de estudo deste projecto foi a cidade de Quelimane, capital da província da Zambézia. A cidade localiza-se numa zona pantanosa, com um nível freático bastante alto em toda a sua extensão, limitando assim à partida um desenvolvimento de infra-estruturas e de habitação estruturado condicionado, quer a sua implantação quer a sua manutenção e desenvolvimento (Município de Quelimane 2020).

Esta cidade localiza-se na zona da baixa Zambézia, no Sudeste da província, entre os paralelos 17°47' - 17°57' Sul e 36°50' - 36°57' Este. Está a cerca de 1600 km ao Norte da capital do País. A cidade de Quelimane encontra-se na margem norte do rio dos Bons Sinais, a cerca de 20 km da costa do oceano Índico, numa altitude que não ultrapassa os 100 metros acima do nível médio do mar (Idem, 2020).

O Diagnóstico do Plano de Estrutura Urbana da Cidade de Quelimane (2015), refere que o município tem uma superfície de 142 Km², estando em curso negociações com o Governo para a sua extensão. O município está delimitado da seguinte forma, a norte posto administrativo de Maquival-Distrito de Nicoadala, a Sul o distrito de Inhassungue, a Este o oceano Índico e a Oeste no Distrito de Nicoadala.

De acordo com o conselho autárquico da cidade de Quelimane (2019), em 2017, a cidade de Quelimane possuía uma população com 246,915 habitantes. Dados do INE (2017) indicam que a população da cidade de Quelimane tem ligeiramente mais mulheres (51.6%) do que homens (48.4%), e é uma população maioritariamente jovem com 48.9% de habitantes com idades compreendidas entre 15-44 anos e apenas 10.4% com idade superior a 65 anos. Em termos, económicos, a cidade de Quelimane ocupa um lugar de destaque no desenvolvimento provincial, não só pelas facilidades de acesso, como também pela sua localização central relativamente as províncias de Nampula e Niassa (Idem).

A nível administrativo, a cidade está dividida em cinco (5) postos administrativos urbanos, nomeadamente: Posto Administrativo Urbano 1, que contem os seguintes Bairros: 1º de Maio, 24 de Julho, Aeroporto, Chirangano, Filipe Samuel Magaia, Kansa, Liberdade, Mapiazua, Piloto, Vila Pita Popular, Saguar A, Saguar B, Sinacura, Torrone Velho. Posto Administrativo Urbano 2 que contem os seguintes Bairros: 7 de Abril, Coalane II A, Coalane II B, Icídua, Ivagalane, Janeiro, Mirazane, Murropue, Sangariveira, Torrone Novo. Posto Administrativo Urbano 3 que contem os seguintes bairros: 1º de Maio A, 1º de Maio B, 25 de Setembro, 3 de Fevereiro, Acordos de Lusaka A, Acordos de Lusaka B, Coalane I, Cololo, Sampene, Samugue. Posto Administrativo Urbano 4, que contem os seguintes Bairros: 17 de Setembro, Bairro Novo, Brandão, Chuabo Dembe, Floresta A, Floresta B, Inhangome, Manhaua A, Manhaua B, Micajune A, Micajune B, Santagua A, Santagua B. Posto Administrativo Urbano 5, que contem os seguintes Bairros: Bazar, Gogone, Mborio, Megano, Namuinho. A pesquisa realizou-se no Posto Administrativo Urbano 1, nos bairros de Mapiazua e Kansa, porque existem projectos de desenvolvimento a implementados pelo Estado e ONGs.

4. Análise dos dados

Este capítulo apresenta a análise dos dados sobre o impacto do Programa da Acção Social Produtiva (PASP) na vida das pessoas beneficiárias. O capítulo está organizado em quatro subcapítulos, a saber, i) o perfil das pessoas que foram entrevistadas nesta pesquisa e que participam do Programa da Acção Social Produtiva (PASP) desenvolvida pelo Instituto Nacional da Acção Social (INAS); ii) Razões de terem-se tornado beneficiárias do programa; iii) Percepções das pessoas sobre a eficácia dos projectos implementados; iv) Nível de satisfação das beneficiárias do projecto. Iniciaremos com análise e interpretação dos dados do perfil das beneficiárias do PASP.

4.1. Perfil das beneficiárias do PASP

No total participam nesta pesquisa dezasseis mulheres. As suas idades variam entre 28 e 69 anos de idade. Estas mulheres vivem na base de agricultura e de comércio informal e são beneficiárias do Programa Acção Produtiva implementado pelo INAS desde 2019. Destas mulheres, oito vivem no bairro de Mapiazua e as restantes oito residem no bairro de Kansa.

A maioria destas mulheres não são naturais destes locais, deslocaram-se para a cidade de Quelimane devido a guerra dos dezasseis anos, que envolveu o Governo liderado pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique). Encontramos entre elas mulheres que vêm de distritos de Maganja da Costa, Mocuba e Milange.

Dentre estas mulheres há mulheres que não tiveram oportunidade de ir à escola e outras têm o nível de escolaridade que varia de 1^a a 7^a classe do antigo sistema nacional. Há ainda mulheres que têm um grau de escolaridade 8^a classe e outra com 12^a classe do novo sistema nacional de educação.

Em resumo, este subcapítulo identificou o perfil das beneficiárias do PASP. O sub-capítulo mostra que elas são habitantes de Kansa e Mapiazua que vivem na base da agricultura e pequenos negócios, e participam do programa do INAS. O subcapítulo mostra também que essas pessoas não são nativas daqueles bairros, mas que chegaram nos respectivos locais devido a guerra civil e também na busca de melhores condições de vida. O próximo sub-capítulo apresenta as razões destas mulheres terem-se tornado beneficiárias do programa.

4.2. Razões de terem-se tornado beneficiárias do programa

Este sub-capítulo explica as razões das mulheres desta pesquisa terem-se tornado beneficiárias do PASP. As mulheres argumentam também que se tornaram beneficiárias do programa pelo facto de

enfrentarem várias dificuldades no seu dia-a-dia e que entraram no programa como forma de buscar alternativas para a sua subsistência. Este programa tem como grupos-alvo os agregados familiares (AF) em situação de vulnerabilidade que possuem, pelo menos, um membro em idade com capacidade para o trabalho.

No programa estão inclusas apenas beneficiárias mulheres. A ausência da participação dos homens neste programa, segundo o assistente do programa deve ao baixo valor monetário do subsídio, que o programa oferece. A persistência de mulheres neste programa deve-se ao facto de serem vulneráveis social e economicamente, ou seja, por possuírem poucos meios de subsistência, pelo que encontram no programa um mecanismo para sanarem algumas dificuldades que enfrentam no dia-a-dia.

Nas observações e nas entrevistas com as mulheres percebe-se que estas enfrentam várias dificuldades diariamente, como a falta de meios de sustento para elas e para as suas famílias. Estas mulheres mencionaram a falta de condições de sustento familiar, como motivo que as levou a entrar no programa. Ao terem acesso no programa as beneficiárias esperavam encontrar meios possíveis para sanar dificuldades de falta de alimentação, compra de matérias escolares para os seus filhos, falta de insumos agrícolas, falta de um capital inicial para desenvolver os seus negócios.

Em resumo, este subcapítulo examinou as razões que as mulheres tiveram de ingressar no programa. Algumas mulheres mencionaram que tiveram dificuldades na vida por serem viúvas; outras mulheres por terem sido abandonadas pelos seus parceiros/maridos; e ainda outras referiram que vivem com os seus parceiros, mas também passam por dificuldades. Para todas estas mulheres, a entrada no programa foi uma oportunidade encontrada para minimizar várias dificuldades que passam no seu dia-a-dia. Nos subcapítulos a seguir iremos analisar como tem sido a experiência destas mulheres. Iremos prosseguir com as experiências das mulheres viúvas no programa.

4.3. Experiências das mulheres beneficiárias do programa

Este subtítulo apresenta as experiências das mulheres que participam do PASP. As experiências das mulheres permitiu conhecer alguns aspectos descritivos das suas vidas. Destas mulheres foi possível encontrar mulheres viúvas, mulheres abandonadas e mulheres que vivem com seus

parceiros. Estas mulheres, para além de participarem do programa desenvolvem actividades que garante a sua subsistência e reprodução social.

Neste programa existe mulheres que vivem na base da agricultura e pequenos negócios, para além de participarem do PASP. Para as mulheres que vivem na base da agricultura, a produção agrícola para além de servir o consumo próprio uma parte era comercializada.

Desde que cheguei neste bairro vivo com base na agricultura. Esta é a actividade que me ajuda a sustentar a minha família. Uma parte do que produzo serve para consumo e outra parte para vender. Vendo a partir da minha banca construída aqui mesmo encasa. (Marta, de 49 anos de idade).

Há mulheres que disseram cultivar somente para o consumo familiar e explicaram que não vendiam a sua produção porque tinham dificuldades de cultivar em maiores quantidades para consumo familiar e vender. Essas explicaram que a entrada no programa foi na expectativa de encontrar um apoio para passar a cultivar para vender e não só para o consumo.

Esta análise permite perceber que ao entrar em um projecto as pessoas tem as suas expectativas e muitas vezes os programas implementados não observam as principais preocupações destas pessoas.

Os dados recolhidos a partir das observações e entrevistas mostram que estas pessoas não são estáticas e mesmo que se encontram em uma situação de vulnerabilidade social elas buscam, no seu dia-dia procurar meios para sustentar as suas famílias. A entrada destas mulheres no programa foi uma das experiencias na busca de meios de sustento familiar

Esses dados permitiram também perceber que existe mais dificuldades de sobrevivência das mulheres no meio urbano, pelos altos índices de desemprego, e pelo facto de a percentagem de analfabetismo ser maior entre as mulheres. A autora refere que apesar de haver avanços na educação, as mulheres continuam a recorrer a esfera informal formas de sobrevivência Loforte (2008).

4.4. Percepções das beneficiárias sobre do impacto do PASP

As pessoas estão cientes que o programa implementado naquele contexto de pesquisa é da iniciativa do governo em colaboração com Organizações Não-governamentais (ONGs), como Paulina, de 60 anos de idade, contou:

Estou neste bairro a bastante tempo. Já foram implementados vários programas na nossa comunidade, esta é a minha terceira vez a participar. Sempre o governo tem vindo aqui, com outras pessoas que não são do governo, e eles têm trabalhado juntos. A primeira vez que entrei em um programa semelhante foi em 2004 no tempo de Pio Matos, onde organizávamos as estradas colocando nivelamentos. Em 2016 entrei neste programa e só começamos a trabalhar em 2017. Neste programa temos como actividades a limpeza de valas de drenagem e também das vias públicas da cidade de Quelimane. Por estas actividades nos dão como subsídio 1050 MT.

Paulina mostrou que no bairro onde vive já foram implementados vários projectos sociais, e que tem existido uma colaboração permanente entre o governo e as ONGs. Isaura, de 66 anos de idade, referiu:

A iniciativa é muito boa e me sinto honrada por terem me escolhido e agradeço muito. O problema é que mesmo tendo esses apoios não há muita melhoria nas nossas comunidades. Com essa ajuda dada ainda temos muitas dificuldades nas nossas famílias, temos filhos que vão a escola e precisam de material para escola e ainda precisamos de alimentá-los, não é fácil.

Isaura mostrou estar satisfeita em fazer parte do programa, e que existe uma colaboração útil do governo e de ONGs na implementação destes programas na comunidade, mas para ela é difícil ver resultados satisfatórios nesses programas, porque mesmo estando a actuar naquela comunidade não se vêem mudanças nas suas vidas. Paulina, de 60 anos de idade, explicou:

O programa é bom, mas devem repensar na proposta do subsídio, porque não compensa as actividades que temos feito, tendo em conta que não temos lugar fixo para trabalhar, trabalhando em valetas e nas estradas.

Paulina revelou que o programa tem sido útil, contudo o valor de 1050 MT pago as beneficiárias deste programa não é suficiente para suprir as dificuldades que estas enfrentam no seu quotidiano. Arminda, de 42 anos de idade, sublinhou:

Muita coisa deve ser melhorada dentro do programa, e deve se capacitar muitos membros deste programa. Eu por exemplo não recebi nenhuma capacitação, só me chamaram para trabalhar. É difícil o trabalho acontecer perfeitamente sem capacitação das pessoas.

Arminda notou a eficácia do programa explicando a necessidade de se melhorar os trabalhos realizados, de limpeza de drenos e das vias públicas, dentro do programa. Ela enfatizou a necessidade da capacitação dos membros do programa para melhor realização das actividades. Bendita, de 37 anos de idade, contou:

Não diria que é mau programa, mas também não é satisfatório. Agradecemos o gesto porque com esta ajuda a comunidade se beneficia. Não é mesma coisa que ficar em casa, porque com esse valor dado, dá para cobrir algumas despesas. Só gostaria que aumentassem o valor do subsídio.

Bendita mostrou a relevância do programa na comunidade, tendo partilhado a vantagem que as beneficiárias têm em participar do programa. Ela falou também da necessidade de se aumentar o valor subsídio dado. Rosita, de 40 anos de idade, explicou:

Existe vantagem de estar no programa. O problema que eu vejo é que no programa é que não fornecem material condigno de trabalho. Lá precisamos de botas, luvas, carinhas e outros materiais de trabalho. Já reivindicamos isso e prometeram dar, mas já passou muito tempo e nada.

Rosita mostrou a necessidade de se fornecer material de trabalho, como botas, luvas e enxadas. A falta de material de trabalho foi uma das questões colocadas por Rosita e por todas as beneficiárias do programa entrevistadas. As mulheres dizem não possuir material adequado para exercer as actividades condignamente. Para as mulheres beneficiárias, os responsáveis do programa devem criar mecanismos de fornecer o material porque tem sido um risco para elas trabalharem sem

material completo e, olhando na natureza do trabalho onde estão expostas a riscos, podendo assim ter um impacto negativo na saúde destas beneficiárias. Joana, de 59 anos de idade, afirmou:

O programa é bom, mas há necessidade de se melhorar em certos aspectos. Como por exemplo, nós trabalhamos sem luvas, o que não é adequado para a nossa saúde. No início trouxeram material, mas o mesmo não pode durar por muito tempo, há necessidade de trazerem o material em cada final de mês. Nós trabalhamos com lixo e aquilo é um risco para a nossa saúde.

Joana mostrou vantagem de fazer parte do programa, tendo sugerido a necessidade de se melhorar as actividades realizadas no programa. Ela sublinhou a necessidade de fornecimento de novos materiais de trabalho, uma vez que, segundo a entrevistada, trabalhar com lixo é um risco para o bem da sua saúde.

As nossas entrevistadas falaram da importância do programa na comunidade, e do papel do governo em colaboração com ONG's. As entrevistadas mostraram que o programa é útil, mas que deve melhorar em certos aspectos, porque para elas existem várias lacunas, como por exemplo a falta do material do trabalho, e também do valor dado que não corresponde as actividades realizadas no programa. As mulheres sublinharam a necessidade da capacitação das pessoas envolvidas no programa para melhor execução das actividades

No entanto, os dados recolhidos percebemos que existe uma certa insatisfação por parte das beneficiárias do programa. Florinda, de 50 anos de idade referiu:

Não estou satisfeita com o programa, porque a proposta do subsídio não corresponde com o trabalho que temos feito e também as condições de trabalho não são boas. Eu acho que deve haver uma melhoria da direcção deste programa, porque nós damos de tudo para o programa funcionar.

Florinda mostrou-se insatisfeita com a forma de proceder do programa. Ela explicou que o programa não compensa o trabalho realizado. Florinda sublinhou também a necessidade de melhoria na liderança do programa. Uma pesquisa realizada por Manhiça (2019) corrobora com estes dados, ao mostrar que os programas de apoio social não são alinhados para o benefício das

peessoas envolvidas, mas na maioria das vezes funcionam para cumprir agendas internacionais ratificados pelos governos locais. O autor acrescenta que estes projectos nem sempre incluem as reais preocupações das pessoas beneficiárias desses projectos. Odete, de 40 anos de idade, afirmou:

Eu estou insatisfeita, porque nos subsidiam com muito pouco. Nós limpamos valas de drenagens e varemos nas estradas, e eles só nos dão 1050. No início do programa davam-nos 650 MT e fomos reclamar e eles só aumentaram para 1050 MT, mas esse valor ainda é pouco. Fazemos um bom trabalho para receber pouco e isso não é justo. Desde que estou no programa ainda não mudou nada na minha vida, porque de tão pouco que é o valor não dá para fazer nada, se o valor fosse muito pelo menos ia comprar congelador para impulsionar o meu negócio, e seria de uma grande valia.

Odete mostrou a dificuldade de sustentar a sua família uma vez que com o subsídio que é remunerada dentro do programa não consegue satisfazer as suas necessidades. Ela diz haver necessidade de se aumentar o valor do subsídio para que consiga proceder com os seus negócios. Nesta entrevista percebemos que a Odete não se sente satisfeita com o subsídio dado pelo programa. Anita, de 49 anos de idade, contou:

Eu estou lá porque não tenho outra opção, se tivesse claro que não estaria lá. Eles nos dão pouco valor, é o que me deixa insatisfeita. Se eles nos dessem um subsídio superior a que nos dão, acredito que iria ajudar para realizar os meus objectivos. Nós levamos muito tempo a fazer actividades no programa e no final ganhamos pouco.

Anita mostrou a sua insatisfação com o modo de operar do programa. Para ela no programa deviam aumentar o valor do subsídio que recebem, porque possibilitaria a melhorar a qualidade de vida. Ela diz que o seu sonho é criar um negócio que consiga ajudar a sustentar a família. A experiência partilhada pela Lídia foi partilhada por outras entrevistadas. Ela mostra o desejo de ser ajudada na criação de negócio. Percebemos que o que foi implementado neste programa não era o desejo destas pessoas. Lídia, de 69 de idade, contou:

A minha maior insatisfação é porque eles nem nos dão material condigno de trabalho. É claro que eles nos deram no início do trabalho, mas não é possível

manter com o mesmo material durante muito tempo. Acho que deve haver uma melhoria nessa parte.

Lídia mostrou sua insatisfação pelo valor que recebe do programa. Ela suplicou a necessidade de se aumentar o valor do subsídio e também da necessidade de receber um novo material de trabalho. Maria, de 59 anos de idade, referiu:

Nós fazemos um trabalho perfeito, mas eles não nos compensam com um bom subsídio. Nós só queríamos que nos aumentasse um pouco o valor do subsídio, aí conseguiria criar um negócio para poder alimentar a minha família. De tudo que fazemos eles só nos dão 1050 MT. Nós limpamos valas e também deixamos as ruas limpas, então há necessidade de aumentarem o valor.

Maria revelou que tem contribuído bastante fazendo o trabalho que é exigido no programa, que consiste na limpeza de valas de drenagem, mas disse que o valor do subsídio não contempla, e que muitas das vezes demoram pagar, o que dificulta a realização de certas actividades. Rosita, de 40 anos de idade, replicou:

Levamos nosso tempo trabalhando no programa. Nós trabalhamos limpando valas de drenagem e varrendo as estradas. Mantemos bem limpo, mas eles só nos dão 1050, MT, isso é pouco para o que fazemos. O problema é que não temos outra alternativa e temos que ficar aqui para podermos sustentar os nossos filhos. Sem este trabalho as coisas se complicam. Temos as nossas machambas e as vezes apostamos em negócios, mas é difícil sustentar essas actividades sem dinheiro.

Rosita mostrou que ela tem-se dedicado ao programa, limpando valas de drenagem na cidade de Quelimane. Ela fala da necessidade de se acrescentar o valor do subsídio. Aquelas que vivem na base da agricultura explicaram que a maior dificuldade é na obtenção de recursos de natureza agrícola, como pode se perceber na entrevista com Rosita, de 40 anos de idade, afirmou:

Eu estou neste bairro de Kansa há muito tempo. Vivo com os meus filhos, divorciei-me a bastante tempo e estou a cuidar os meus filhos sozinha. São várias dificuldades que passamos diariamente. Vivo na base de agricultura e entrei no programa como forma de ganhar alguma coisa para sustentar a minha família. No programa não

ganhamos muito e eu queria que me ajudassem na prática da agricultura para conseguir alimentar a minha família e vender outras coisas. Seria bom se nos oferecessem sementes, enxadas, isso iria ajudar bastante para nós.

Rosita mostrou que tem passado por várias dificuldades, e uma vez abandonada por seu parceiro tem cuidado dos seus filhos sozinha. Praticar a agricultura é a principal base de seu sustento e gostaria de ser apoiada com vários materiais agrícolas para a prática da agricultura, como os insumos agrícolas, botas, enxadas. Ela sublinhou que gostariam de ser apoiada para poder praticar uma agricultura sustentável, que permitirá ter produtos para venderem e outros para o sustento familiar. Berta contou:

Desde que cheguei neste bairro tenho me dedicado na agricultura, consigo alimentar a minha família com isto. No programa eu gostaria que nos ajudassem com coisas da machamba, como sementes e botas. Isso iria ajudar bastante para nós. O valor que dão não fazemos nada, nem para um rancho básico não chega.

Berta mostrou que a agricultura tem sido a sua fonte de sustento familiar, e falou da necessidade de ser apoiada com vários recursos de natureza agrícola. Bendita, de 37 anos de idade, afirmou:

Eu vivo na base da agricultura mesmo antes de vir para cá. Tive sorte de chegar na cidade de Quelimane e ter um espaço para a prática da agricultura. E é na base da agricultura que consigo alimentar os meus filhos. Eu só queria que o governo nos ajudasse a praticar agricultura, é o que nos ajuda a sobreviver. Se nos ajudassem com tractores e sementes seria uma valia para nós.

Bendita mostrou que se tem dedicado à prática da agricultura e manifestou interesse em ter apoio do governo da cidade de Quelimane para desenvolver o seu negócio. Ela revelou que o apoio de que necessita está relacionado com o fornecimento de vários recursos de natureza agrícola, como sementes, enxadas. As mulheres que vivem na base de negócio explicaram que têm tido dificuldade em continuar com o mesmo, dado que o subsídio que recebem não é suficiente para suportar o negócio e suprir as suas necessidades diárias. Segundo Moura (2003) os projectos sociais devem ser avaliados à luz dos interesses, sentimentos e necessidades dos personagens beneficiados, pois o seu julgamento e opinião representam elementos críticos para quaisquer que sejam as formas de avaliação de impacto. Florinda, de 50 anos de idade, disse:

Eu só quero que aumentem o subsídio. Se aumentassem iria ajudar bastante a alavancar o negócio. Com o dinheiro que dão, não conseguimos realizar o negócio. Se eles nos dessem um capital inicial para os nossos negócios não dependeríamos tanto do programa. Negócio é o que eu gosto de fazer, porque desde que cheguei neste bairro vivo na base disso.

Florinda mostrou que gostaria de ter apoio financeiro ou material para continuar com os seus negócios, ou seja, um capital inicial, porque diz ter noções básicas de negócio. Isto porque ela tem desenvolvido essa atitude de negócio desde que chegou naquele bairro em 2004, vendendo pequenas coisas. Ela disse que vende *sanana* (um bolinho feito a base de arroz), outras vendem amendoim cozido. Esses dados mostram que a maioria dos projectos implementados não procuram compreender primeiro as dificuldades perpassadas pelas comunidades. As beneficiárias do programa são mulheres que vivem na base da agricultura e comércio e elas falam da necessidade de um apoio nessas actividades.

O programa foi criado com o propósito de erradicar a pobreza entre as famílias vulneráveis. Na análise percebemos que mesmo com a existência deste programa as famílias das mulheres analisadas continuam numa situação de vulnerabilidade. No entanto, como considera Ferguson (2011) essas políticas, apelidadas em nomes de desenvolvimento, não são máquinas para eliminar a pobreza, mas sim máquinas para reforçar e expandir o exercício do poder burocrático do estado, que incidentalmente tem a “pobreza” como ponto de entrada.

Em resumo, este subcapítulo argumentou que para além do que é oferecido no programa, as beneficiárias gostariam de ser apoiadas também com recursos de natureza agrícola. Ademais, as mulheres praticam agricultura, têm pequenos negócios se sublinharam que gostariam de ter a possibilidade de ser apoiadas com um capital inicial para desenvolvê-los. Algumas referiram ter pedido apoio nas autoridades locais, mas são apoiadas por bens que não são úteis para as suas vidas. O subsídio que as mulheres recebem do programa é insuficiente para suprir as necessidades básicas no seu quotidiano.

5. Considerações finais

Este trabalho teve como objectivo principal compreender o impacto dos projectos sociais na vida dos beneficiários, focalizando nas percepções destas pessoas sobre a eficácia das actividades implementadas no programa PASP, elaborado pelo Instituto Nacional da Acção Social (INAS).

O trabalho foi realizado com recurso as técnicas de entrevista semi-estruturada e observação. Essas técnicas permitiram compreender as experiências vivenciadas pelas beneficiárias dentro do projecto e no quotidiano. Os resultados da pesquisa são a bordado sem sete (7) partes:

O perfil das entrevistadas permitiu perceber que apenas mulheres se beneficiam do projecto, sendo estas vivendo na base de agricultura e comércio. A ausência da participação masculina neste projecto deveu-se ao facto destes considerarem que o valor do subsídio pouco resolve os seus problemas, e que as mulheres acabaram aceitando o valor por serem as mais vulneráveis. Percebemos também que a maioria destas não são naturais dos locais (distritos de Maganja da Costa, Mocuba e Milange) onde a pesquisa foi realizada, o que leva-nos a considerar que grande parte dos problemas que estas apresentam poderiam ser resolvidos se tivessem uma rede social extensa nesses locais.

Nota-se que a vida destas mulheres, especificamente em contextos urbanos, onde realizamos a nossa pesquisa, passam por dificuldades também porque o nível de desemprego tende a se agravar, e não tendo nível de educação que as permite encontrar um emprego ou empreender mantêm-se vulneráveis.

As razões que levaram as mulheres a aderir o programa teve a ver com dificuldades na vida decorrentes do facto de serem viúvas, mulheres abandonadas pelos seus parceiros/maridos; e ainda outras vivendo com os seus parceiros também passam por dificuldades pelo facto de não terem tido formação para desenvolver habilidades que as possa fazer produzir dinheiro. Para todas as mulheres entrevistadas, a entrada no programa foi uma oportunidade encontrada para minimizar várias dificuldades que passam no seu dia-a-dia. Estas mulheres encontram-se numa situação de pobreza, que não se configura apenas pela ausência de renda, mas também por discriminação e sofrimento, que causa repercussões nas suas vidas, dado que algumas destas mulheres relatara sentirem-se excluídas da sociedade.

As percepções das beneficiárias sobre a eficácia do programa são positivas. Estas mostraram que o programa é útil, mas também apresentaram críticas que deve melhorar, por exemplo o material

de trabalho e o valor dado que não corresponde as actividades realizadas no programa. As mulheres sublinharam a necessidade de oferecerem capacitação para as pessoas envolvidas no programa para melhor execução das actividades.

As mulheres referiram que gostariam de ser apoiadas com recursos de natureza agrícola. Ademais, as mulheres que vivem na base de pequenos negócios sublinharam que gostariam de ter a possibilidade de ser apoiadas com um capital inicial para desenvolvê-los. Algumas mulheres referiram ter pedido apoio às autoridades locais, que oferecem apoio que são pouco úteis para as necessidades que estão a enfrentar. Ao estudar as percepções e estratégias de alívio à pobreza na localidade de Malua, distrito de Alto Molocué na província da Zambézia.

Neste trabalho entendemos que a questão do apoio as pessoas vulneráveis é complexo, este requer cuidado na forma como abordá-lo, tanto em termos teóricos quanto práticos, e que o apoio que as pessoas recebem não deve ser tratado de forma universal, pois as pessoas apresentam necessidades de vida específicas que diferem de grupo alvo para o outro, e que também variam conforme for tendo algum acontecimento nas suas vidas que muda o seu curso.

O presente estudo conclui que é importante reconhecer que as comunidades que se pretende apoiar não são estáticas, e possuem dinâmicas económicas e sociais que constituem a base da sua existência, que dão forma aos tipos de relacionamentos que se constroem em face de acesso a qualquer tipo de benefício.

Referências Bibliográficas

Abdulahé, A. 2011. Impacto da prática da responsabilidade social da Sasol nas comunidades em Moçambique no Período entre 2004-2009. [Dissertação de Mestrado em Gestão de Empresas].

Disponível em: <http://africanphilanthropy.issueelab.org/resources/19997/19997.pdf> (Acesso em: 22-02-2022).

Adesina J. A. 2011. Beyond the social protection paradigm: social policy in Africa's development, Canadian Journal of Development Studies/ Revue Canadienne. Available on: <https://doi.org/10.1080/02255189.2011.647441> (Acesso: 22-02-2022).

Adesina, J. 2010. Rethinking the social protection paradigm: Social policy in Africa's development. European Report of Development in Dakar, Senegal, 28-30 June, 2010. Disponível em: <https://pdfslide.net/documents/rethinking-social-protection-paradigm-1.html> (Acesso em: 22-02-2022).

Anese V., Costa C., Coelho E. A. (2018). Impacto Social Das Acções De Uma Organização Sem Fins Lucrativos. Revista Pensamentos Contemporâneo em Administração. ISSN 1982-2596. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v12i1.1193> (Acesso em: 19-02-2022).

Baloi J. A. (2018). Políticas e Estratégias de Combate a Pobreza e de Promoção do Desenvolvimento em Moçambique: Elementos de Continuidade e Descontinuidade. Maputo: Universidade São Tomás de Moçambique.

World Bank. (2016). Tanzania economic update: the road less travelled – unleashing public private partnerships in Tanzania. Tanzania economic update; issue n. 8. Washington, D.C.: Grupo do Banco Mundial.

Barrow, C. J. (2002). Evaluating the social impacts of environmental change and the environmental impact of social change: an introductory review on social impact assessment, 59(2):185–195. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00207230210922> (Acesso em: 17-02-2022).

Carneiro, M S. 2012. “Práticas, Discursos e Arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento”. *Sociologia&antropologia* 2(4): 129 –158.

Chivanga, S. 2015. Exploring the benefits and gaps inherent in the Non-Governmental organization in their Quest to Effectuate Poverty Reduction- Examples from African Countries. South Africa: University of Fort Hare.

- Coelho M. Q. & Goncalves C. A. (2010). Avaliação de projetos sociais: a perspectiva da comunidade. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477748596002>. (Acesso: 09 de Fevereiro de 2022). (Acesso em: 30-01-2022).
- Deacon, B. 2013. Globalisation and social policy in developing countries, in R. Surender and R. Walker (eds). 2013. Social policy in a developing world (Cheltenham, Edward Elgar), pp. 217–236.
- Ebrahim, A., & Rangan, V. K. 2014. What impact: a framework for measuring the scale and scope of social performance. *California Management Review*, 56(3),): 118-141. Disponível em: <https://doi.org/10.1525%2Fcmr.2014.56.3.118>. (Acesso em: 22-02-2022).
- Ferguson, J. 1990. *The Anti-Politics Machine: “Development”, Depoliticization, and bureaucratic Power in Lesotho*. Cambridge-New York: Cambridge University Press.
- Escobar, A. 1995. *Encountering Development: the Making and the Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press.
- Ferguson, J. e Laerry, L. 1994. “The anti-politics machine: ‘development’ and bureaucratic power in Lesotho”. *The ecologista XXIV (5): 176-181*.
- Ferguson, J. (1994). *The anti-politics machine: “Development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. The Ecologist, 24, 176-181.
- Ferraro, P. J., & Hanauer, M. M. 2014. Quantifying causal mechanisms to determine how protected areas affect poverty through changes in ecosystem services and infrastructure. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 111, 4332–4337. PNAS March 18, 2014 111 (11) 4332-4337; . Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1307712111>. (Acesso em: 30-01-2022).
- Hanlon, J., 2010. Mozambique: “The war ended 15 years ago, but we are still poor.” *Conflict, Security and Development* 10(1): pp.77–102.
- Howaldt, J., Domanski, D., & Kaletka, C. (2016). Social innovation: towards a new innovation paradigm. *Revista de Administração Mackenzie*, 17(6):20-44. Disponível em: [10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p20-44](https://doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p20-44). (Acesso em: 12-01-2022).
- INAS. 2020. Plano de Monitoria e Avaliação dos Programas de Segurança Social Básica. Versão 3.0 - Maputo, Setembro de 2020. Maputo: Instituto Nacional de Acção Social.

Jones, N., Mcginlay, J., & Dimitrapoulos, P. (2017). Improving social impact assessment of protected areas: a review of the literature and directions for future research. *Environmental Impact Assessment Review* (64):1-7. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.eiar.2016.12.007>. (Acesso em: 12-02-2022).

Karki, S. T. 2013. Do protected areas and conservation incentives contribute to sustainable livelihoods? A case study of Bardia National Park, Nepal. *Journal of Environmental Management*(128):988–999.PMID: 23895911.Disponível em : [10.1016/j.jenvman.2013.06.054](https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2013.06.054).

Loforte, Ana, 2008, “Dinâmicas familiares e percepções de pobreza e género em Moçambique”. *Outras Vozes* (29):20-29.

Manhiça, H. 2019. *O modelo de agronegócio: uma experiência a partir da “Associação com Enxada na Mão há Vida” de Massaca, no distrito de Boane*. Tese de licenciatura. UEM, Maputo. DAA/FLCS.

Minayo, Maria Cecília de Sousa (2003). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes.

Moore, Donald: 2000. ‘*The crucible of cultural politics: reworking “development” in Zimbabwe’s eastern Highlands*’. *American Ethnologist* 26 (3):654-689.

Moura A. R. 2003. *Avaliando o impacto do projecto social: Aliança com o Adolescente para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - estudo de caso na microrregião da Bacia do Goitá-PE*. 2003. [Dissertação (Mestrado Gestão e Pública p/ o Desenvolvimento)]. Recife: Programa de Pós-Graduação em Gestão e Pública p/ o Desenvolvimento do Nordeste/, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7895>. (Acesso em: 12-02-2022)

Município de Quelimane. 2020. *Relatório de Diagnostico: diagnostico integrado de infraestruturas e serviços básicos para os municípios da província de Zambézia*.

Negrão, J. 2001. “Como induzir o desenvolvimento em África?” Documento de Trabalho nº61, CEsa, Lisboa.

Oliver de Sardan, J-P. 1990. “Para uma abordagem antropologia das ideologias e práticas de desenvolvimento”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*12(13): 189-198.

OIT. 2019. Relatório Mundial sobre Protecção Social 2017–19. Protecção social universal para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Bureau Internacional do Trabalho. Genebra. 9789727044108[ISBN]. Publicado a 6 de Maio de 2019. (Acesso em: 06-04-2022).

PASP. 2020. Programa Acção Social Produtiva (PASP) – Programa de Obras Públicas, direccionado para famílias pobres com pelo menos um membro com capacidade de trabalho.

PES 2021. Informe Orçamental da Acção Social. Versão resumida.

Schröder, Peter. 1997. “Antropologia do Desenvolvimento: é possível falar de uma subdisciplina verdadeira?” *Revista de Antropologia* (40):83-100.

Sousa, J. 2017. “Impacto social na comunidade: o caso do projecto arte e costura”. Engema: encontro internacional sobre gestão empresarial e meio ambiente.

Wedel, Janine, Shore, Cris, Feldman, Gregory and Lathrop, Stacy, 2005. ‘Towards na Anthropology of Public Policy’, *The Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, 600, (July): 30-51.

Yanez-Casal. “Antropologia e Desenvolvimento”, *Ethnologia* (5): 23-34.

PEREIRA, O P 2005. *Políticas públicas e coesão social*. São Paulo: Atlas.

Wedel, Jenine R. et al 2005. *Toward an Anthropology of Public Policy*, SAGE, *American Academy of Political and Social Science*.

Apêndice

Guiões de entrevistas e observação

Dados gerais

1. Nome
2. Idade
3. Bairro
4. Profissão
5. Escolaridade

Guião de entrevistas

Guião de entrevista relacionado ao seguinte objectivo específico: Descrever as reais preocupações que os beneficiários enfrentam:

- A quanto tempo vive neste bairro?
- Onde é que vivia antes?
- Porque se mudou para este bairro?
- Com quem vive?
- O que faz para sobreviver?
- Tem outras fontes de rendimento?
- Quais são as dificuldades que tem enfrentado na sua vida diária?
- Se fosse para te ajudar, que tipo de ajuda solicitaria?

Guião de entrevista relacionado ao seguinte objectivo específico: Descrever as percepções das pessoas sobre a eficácia dos projectos implementados

- Já ouviu falar de programas de ajuda nas comunidades urbanas?
- Já foste abrangido por uma ajuda do governo ou de uma outra entidade. Se sim, em que consistia a ajuda?
- Depois de ter sido abrangida pelo projecto, o que mudou na sua vida?
- Como teve a informação da existência de um projecto de ajuda?
- O que foi necessário para se beneficiar do projecto?
- Em quantos projectos já foi abrangido?

- A ajuda que recebeu era o que precisava?
- Qual é a avaliação que faz da ajuda que recebe?
- Quem são as pessoas que implementam os projectos?

Guião de entrevista relacionado ao seguinte objectivo específico: Aferir sobre o nível de satisfação dos beneficiários dos projectos sociais:

- Está satisfeita com a ajuda que recebeu?
- O que mudou na sua vida depois de ter sido beneficiado pelo projecto?
- Qual é a vantagem que teve ao participar do programa?

Guião para os grupos focais

- Qual é a avaliação que fazem sobre os projectos de ajuda aqui na vossa comunidade?
- Como são comunicadas as pessoas sobre a existência dos projectos de ajuda?
- Qual é o critério que usa para selecção das pessoas a serem beneficiadas dos projectos?
- Qual é a vantagem de participar em um projecto de apoio social?
- Qual é o impacto dos projectos implementados na vossa comunidade?

Guião de observação

- Observar os lugares onde são implementados os projectos.
- Observar as actividades de subsistência das pessoas abrangidas pelos projectos.
- Observar o que os responsáveis dos projectos conversam com os beneficiários.
- Observar o quotidiano das pessoas beneficiadas pelos projectos.